



Motivações para a recuperação ambiental de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará *Motivations for the environmental recovery of permanent preservation areas in rural family farms in the region of Transamazônica, Pará*

NASCIMENTO, Denise Reis¹; NAVEGANTES-ALVES, Lívia ²; SOUZA, Maria Lucimar³

¹ Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, denisereis20@gmail.com; ² Universidade Federal do Pará, lnavegantes@ufpa.br; ³Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, lucimarsouza@ipam.org.br

Eixo temático: Manejo de Agroecossistemas de Base Ecológica

Resumo: Entre agosto de 2016 e julho de 2017, a Amazônia Legal perdeu 6.624 km² de floresta com desmatamento, sendo 37,9% na região da Transamazônica. Estima-se que o passivo ambiental da Amazônia atinja 5.853 km², sendo que deste total 955,3 km² são Áreas de Preservação Permanentes (APPs) desmatadas. O estudo objetivou entender os fatores que motivam os agricultores familiares a realizarem a recuperação florestal das áreas de preservação permanente. Foram estudadas 29 propriedades por estarem iniciando o processo de recuperação de APPs, sendo 12 em Anapu, 02 em Senador José Porfírio e 15 em Pacajá. Constatou-se que todas as APPs estão sendo recuperadas por Sistemas Agroflorestais (SAFs) e que estas áreas apresentavam baixa produtividade anteriormente. A possibilidade de recuperar áreas de APPs através de SAFs constitui-se em um estímulo para os agricultores que desejam cumprir o código florestal e, ao mesmo tempo, obter produção e renda das áreas de APP, sintam-se motivados a recuperar.

Palavras-chave: Desmatamento; Sistemas Agroflorestais; Produção; Agricultura Familiar.

Keywords: Deforestation; Agroforestry Systems; Production; Family Farming.

Introdução

A partir da década de 1970, com a abertura da BR-230, conhecida como rodovia Transamazônica, houve ali uma imigração intensa de pessoas de diferentes partes do país, acompanhada por uma transformação significativa na economia regional, pois, gradativamente, o extrativismo deu lugar à expansão de cultivos agrícolas e de sistemas de criação de gado bovino (HERRERA, GUERRA, 2006).

De acordo com dados do INPE/PRODES, entre agosto de 2016 e julho de 2017, a Amazônia Legal perdeu 6.624 km² de floresta com desmatamento, sendo 2.508 km² (37,9%) na região da Transamazônica. Estima-se que o passivo ambiental da Amazônia atinja 5.853 km², sendo que deste total 955,3 km² são Áreas de Preservação Permanentes (APPs) desmatadas.

As áreas de preservação permanente são definidas como “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo



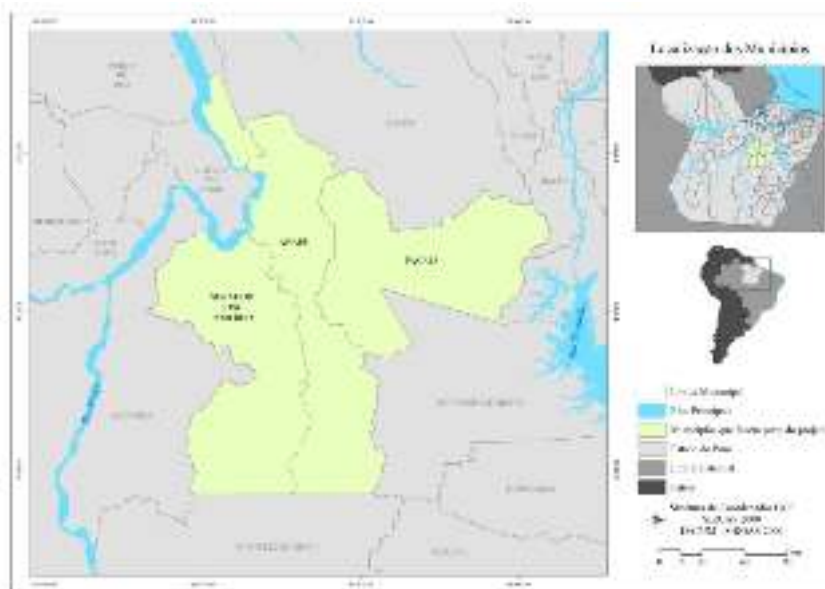
gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (Lei 12.651/12).

É muito frequente a ocorrência de APPs desmatadas em municípios da região da desmatadas e uma alternativa para recuperação das APPs, autorizada pelo Código Florestal de 2012 (Lei 12.651/12), é a instalação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), que são combinações de componentes arbóreos e cultivos agrícolas, explorados de maneira simultânea ou em sequência, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (DUBOIS, 1996).

Este estudo objetiva entender os fatores que motivam os agricultores familiares a realizarem a recuperação da vegetação das áreas de preservação permanente na região Transamazônica, Estado do Pará.

Metodologia

A área de estudo está localizada no estado do Pará, na região de rodovia Transamazônica, conforme a Figura 1, abrangendo os municípios de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio. As principais atividades produtivas econômicas locais são a exploração madeireira e agropecuária, com destaque para a pecuária bovina extensiva, além da cacauicultura (SANTOS et al., 2010).



Mapa 1. Mapa de localização dos municípios abrangidos neste estudo.

Fonte: IPAM (2018).

Foram selecionadas 29 propriedades de agricultores familiares por estarem iniciando o processo de recuperação das áreas de preservação permanente (APP), sendo 12 em Anapu, 02 em Senador José Porfírio e 15 em Pacajá. As propriedades estão



distribuídas em áreas de colonização e Projetos de Assentamentos (PA) da reforma agrária.

A primeira etapa da pesquisa foi baseada em análise da paisagem das 29 propriedades agrícolas estudadas e o levantamento das coordenadas geográficas de cada fragmento de paisagem identificado (através de aparelho GPS Montana 650).

Em seguida foram coletados dados através da aplicação de questionários e entrevistas para construção do diagnóstico socioeconômico e ambiental das propriedades. Através de entrevistas indagou-se aos agricultores quanto aos tipos de APP recuperadas e as razões que os levaram a recuperar as APPs.

Resultados e Discussão

O tamanho médio das propriedades estudadas é de 85,29 hectares, sendo que, em média, 36,01 hectares de área estão cobertas com florestas, 39,14 hectares com pastagem, 6,30 hectares com capoeira em pousio, 1,25 hectares com capoeira preservada, 1,42 hectares com culturas perenes, 1,17 hectares com culturas anuais.

Todos os agricultores entrevistados tem um sistema de produção baseado na pecuária mista (leiteira e de corte), mas, frequentemente também trabalham com culturas anuais, culturas perenes e com a criação de pequenos e médios animais.

Os 29 estabelecimentos estudados têm passivo ambiental para recuperar. Os tipos de APPs que estão sendo recuperadas pelos entrevistados são: 46% de beiras de igarapé, 35 % nas margens de nascentes e 19 % nas margens de nascente e beira de igarapé. Desta forma, ficou evidente que a intensão dos agricultores realizarem espontaneamente a recuperação das APPS está sempre ligada a aspectos envolvendo a água, uma vez que outros tipos de áreas poderiam ser referidas por eles como áreas em recuperação, como é o caso dos topos de morro ou encostas com alta declividade, que podem ser encontradas na região e são legalmente consideradas como APP, mas que não parecem ser uma zona prioritária para a recuperação pelos agricultores. Tanto é assim que todos os SAFs implantados pelos agricultores envolvidos no estudo foram estabelecidos ao longo de cursos d'água.

Todos os agricultores estão recuperando APP e as razões que os levaram a recuperar (Tabela 1) são ligadas à preservação da água (88%), pois a retirada da cobertura vegetal das beiras dos igarapés e nascentes ocasiona erosão, assoreamento, culminando na diminuição do volume de água. Para 4% dos agricultores o motivo de recuperar está ligado às leis ambientais, 4% relacionam à participação em um projeto de recuperação e 4% explicam que a recuperação visa deixar a APP bonita.

Tabela 1. Razões apontadas por agricultores familiares da Transamazônica para recuperar APP.



Razões para recuperar APPs	Percentual %
Preservar a água	88
As leis ambientais	4
Participação em projeto	4
Para a APP ficar bonita	4

Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa mostra uma preocupação maior em relação à preservação da água, isso pode ser devido ao problema de falta de água nos igarapés e nascentes, vivenciado pelas famílias, o que se constituiu em uma importante preocupação para as mesmas. Neste sentido, conforme Falkenmark et al. (2014) é importante mencionar que a conservação da água, tanto em quantidade como em qualidade, depende, primariamente, de práticas adequadas de conservação do solo em toda a bacia, que incluem também a localização correta de carregadores e estradas.

Por outro lado, constata-se que as leis ambientais não estão tendo uma grande repercussão na conduta dos agricultores em recuperar os passivos ambientais, e isto vem ocorrendo por desconhecimento das leis, participação em projetos ambientais e por falta de fiscalização.

Conclusões

Constatou-se que a possibilidade de recuperar Áreas de Preservação Permanente através de sistemas agroflorestais constitui-se em um estímulo para aqueles agricultores que não desejam reduzir as áreas produtivas de seus estabelecimentos e, conseqüentemente, continuarem a obter renda oriunda destas áreas. A preservação dos rios apareceu como aspecto mais importante na decisão de recuperar as APPs.

Estima-se que estas áreas se tornem referência para a utilização de SAFs como alternativa para a recuperação de passivos ambientais na agricultura familiar da região, uma vez que estes sistemas ainda não são muito praticados para este fim. Além disso, os serviços ambientais prestados por SAFs podem ter potencial para a geração de renda para as famílias, o que pode tornar mais atrativo o cumprimento do Código Florestal Brasileiro por produtores familiares rurais na Amazônia.

Referências bibliográficas

DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, A. B. **Manual Agroflorestal para a Amazônia**. v. 1. Rio de Janeiro, Brasil: REBRAF. 1996. 228 p.

FALKENMARK, M., JÄGERSKOG, A.; SCHNEIDER, K.. Overcoming the land-water disconnect in water scarce regions: time for IWRM to go contemporary. **International Journal of Water Resources Development**, 30: 391-408, 2014.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



HERRERA, J. A.; GUERRA, G. A. D. Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da Região Transamazônica. **Textos do Neaf**, Belém-PA: UFPA, n. 14, 2006.

SANTOS, I. V.; PORRO, N. M.; PORRO, R. **A intervenção no desmatamento e a estabilidade na propriedade da terra**: estudo comparativo entre duas modalidades de regularização fundiária na Transamazônica, Brasil. Belém-PA: International Land Coalition, 2010. 52 p.

SILVA, C.; LIMA, C. A; PENA, H. W. A. Análise da dinâmica produtiva do município de Anapu, estado do Pará. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 1, n. 194, 2014.